

“Movimentos sociais”, debates sobre o marco teórico

Silvia Beatriz Adoue*

Resumo:

Este artigo¹ analisa a linha do tempo da elaboração teórica sobre os assim chamados “movimentos sociais”. Ocupa-se das motivações que levaram à criação do campo de estudos em torno a esse objeto e da formação do campo acadêmico latino-americano sobre o tema, assim como a pertinência da utilização do marco teórico elaborado na academia estadunidense para estudar os movimentos latino-americanos. Trata também dos desafios que estes movimentos vêm enfrentando nas suas relações com o Estado e as políticas públicas. E preocupa-se com a relação, na elaboração teórica, entre movimentos e academia. Por último, formula questões para a reflexão atual sobre os movimentos antissistêmicos.

Palavras-chave: Teoria dos movimentos sociais; lutas sociais na América Latina; movimentos sociais e Estado; movimentos sociais e academia.

“Social movements”, debates on the theoretical framework

Abstract:

This article analyzes the timeline of theoretical elaboration on the so-called “social movements”. It deals with the motivations that led to the creation of a field of studies around this object and the formation of the Latin American academic field on the subject, as well as the pertinence of using the theoretical framework developed in the US academy to study the Latin American movements. It also deals with the challenges that these movements have been facing in their relations with the State and public policies. And it is concerned with the relationship, in theoretical elaboration, between movements and

* Doutora em Letras; pós-doutorado pela Universidad Nacional de La Plata – Centro de Investigaciones Geográficas del Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales. Atualmente leciona na Escola Nacional Florestan Fernandes; é docente na Universidade Estadual Paulista, campus Araraquara; credenciada no Programa de Desenvolvimento Territorial de América Latina e Caribe (TerritoriAL). End. eletrônico: silvia.adoue@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6267-4778>

¹ Este texto é parte do trabalho apresentado no curso “Movimientos Sociales: entre las movilizaciones y el Estado”, ofertado pelo Prof. Dr. Francisco Longa, como disciplina de doutorado na FLACSO, sede Argentina.

academia. Finally, it formulates questions for current reflection on anti-systemic movements.

Keywords: Theory of social movements; social struggles in Latin America; social movements and the State; social movements and academia.

Breve introdução

A academia vem realizando estudos sobre os “movimentos sociais” a partir do surgimento de lutas que não eram encabeçadas por partidos ou sindicatos na Europa e nos Estados Unidos. Era de interesse estatal o mapeamento dessas lutas, para evitar o desenvolvimento dos elementos disruptivos no seu seio. A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, por exemplo, exigiu uma produção de conhecimento necessária para a elaboração de políticas que atendessem algumas demandas, debilitando seu caráter radical e reconhecendo os elementos antissistêmicos, para os quais só sobraria a repressão.

A irrupção inesperada de processos como o da revolução cubana, na década de 1960, disparou o alarme frente a ameaças desconhecidas no contexto de consolidação do domínio imperialista dos Estados Unidos sobre o conjunto do continente. Instituições como a Fundação Ford deslocaram recursos para mapear as sociedades latino-americanas e formar mediadores de conflitos com instrumental teórico que permitisse transformar demandas em políticas públicas. Nesse contexto, o marco teórico da academia estadunidense foi modelo para constituição do campo de estudos sobre “movimentos sociais”. Sem dúvida, esse marco teórico não era muito adequado para entender as dinâmicas de “sociedades *abigarradas*” de países de capitalismo dependente e neocoloniais.

Durante as ditaduras, que desarticularam as organizações sindicais e partidárias para evitar a resistência ao novo padrão de dominação que se pretendia implantar na região, novas formas organizativas emergiam com características que a academia se preocupou em estudar. As mediações das lutas se tornaram urgentes durante a passagem aos governos civis. Essas mediações, porém, não contavam com recursos suficientes para a transformação de demandas em políticas públicas. Muito menos no contexto das dinâmicas neoliberais da primeira metade da década de 1990. Ameaças de explosões sociais obrigaram a correções nas políticas neoliberais na segunda metade da década. E o estudo sobre os “movimentos sociais” exigia novos esforços para a elaboração de políticas compensatórias da miséria que as contrarreformas neoliberais traziam.

Essa necessidade pendular de suprir a aceleração da exploração com ações compensatórias levou a intermitência entre governos, de direita e progressistas, para administrar uma e outras. Os vínculos que foram se construindo entre “movimentos sociais” e Estado, intermediados por políticas sociais, durante os governos ditos progressistas criaram uma nova dinâmica e variadas relações entre as lutas e o

Estado, com diferentes graus de autonomia dessas lutas. Essa situação colocou em tensão também a universidade, como instituição, e os movimentos.

A nova dinâmica do capital, com a predominância do extrativismo predador apresenta novos desafios para as lutas. Tais desafios exigem uma indagação teórico-prática para os próprios movimentos.

Desses assuntos tratarei neste artigo.

Surgimento dos estudos sobre “movimentos sociais” na Europa ocidental e nos Estados Unidos

O campo dos estudos acadêmicos sobre “movimentos sociais” constitui-se em torno de um objeto que se distingue das lutas sociais levadas adiante por sindicatos e partidos. Alain Touraine (1979) chamou “novos movimentos sociais” aqueles nos quais as reivindicações culturais teriam um peso importante, distinguindo-os das lutas sindicais, cujas reivindicações econômicas teriam uma importância decisiva.

Em todo caso, tratam-se de movimentos eminentemente urbanos em sociedades que viviam em regimes democrático-liberais. Na Europa ocidental, surgiram em contextos de sociedades estáveis e com uma estratificação relativamente pequena do mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, ainda se tratando de um contexto de sociedades estáveis, pesava um mercado de trabalho com uma estratificação racializada. Nos dois casos, esses movimentos surgiram no contexto de (e como resultado de) uma certa mobilidade social ascendente pós-guerra, que encontrava um certo teto. Partidos e sindicatos, encurralados nos consensos de pós-guerra, não representaram as insatisfações que se expressaram, então, por outras vias, imprevistas e apresentando elementos disruptivos.

Por motivações diferentes e difusas, houve um crescente interesse pelo estudo desses movimentos, visando entender suas dinâmicas e possibilidades de transformação das relações societárias. O estudo da literatura europeia sobre o tema sugere que os investigadores queriam, antes de mais nada, medir o potencial de sua capacidade de ruptura instituinte de novas relações sociais. Por isso, encontramos na elaboração europeia um foco mais pronunciado nos elementos disruptivos dos movimentos. Entre os trabalhos estadunidenses, em troca, observa-se um foco nas possibilidades de absorção das demandas de ditos movimentos pelo sistema, processo no qual o próprio sistema seria capaz de transformar-se a si próprio.

Aqui cabe uma pequena digressão para fazer referência ao uso prático dos conhecimentos a propósito do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que se massificou e teve alcance nacional. Conseguiu também um enraizamento sócio-territorial que ultrapassava a população negra que lhe deu origem. Chegou a se organizar num partido, o Black Panthers Party, com uma expansão e radicalização

programática à qual se articulou a massa marginal de imigrantes latinos, os brancos desempregados, as organizações dos povos nativos e os estudantes universitários que se opunham à guerra de Vietnã. O Estado via na expansão desse movimento uma ameaça que devia ser conjurada. E soube desativar essa “bomba de tempo”. Para isso, por um lado, isolou os elementos irreduzíveis, infiltrou agentes, difundiu o uso de heroína em suas bases territoriais, valeu-se de recursos ilegais, como o assassinato e os atentados nas sedes, e ilegais, como a prisão e repressão de atividades de todo tipo, inclusive a dos refeitórios, escolas e clínicas populares. E, por outro lado, acolheu algumas das demandas dentro do marco de políticas sociais focalizadas.

Os estudos de caso, as etnografias, os trabalhos comparativos e quantitativos sugerem um esforço exaustivo para mapear os movimentos estudantis, feministas, de bairros, ambientalistas, e, sobretudo nos Estados Unidos, os movimentos por direitos civis dos grupos racializados. Tais investigações observam e descrevem diacronicamente os movimentos em sua dinâmica e as transformações que se operam em seus embates com o Estado, os grupos de poder e suas relações com partidos, outros movimentos e o conjunto da sociedade.

Algumas linhas de investigação ajudam a reconhecer recorrências nesses processos e relações de causa e efeito. No caso estadunidense, os estudiosos dedicaram-se a estabelecer alguns critérios de análise que surgiram dos primeiros estudos de caso que permitiram fazer previsões a propósito da eficiência das práticas dos movimentos. Assim, colocaram uma pedra acima das hipóteses do período anterior, psicologizantes à maneira de Gustave Le Bon (2018) e José Ortega y Gasset (2016), sobre o comportamento das massas, reconhecendo de maneira sistemática as eleições racionais dos movimentos e seus membros.

As definições a propósito dos “movimentos sociais” são bastante elásticas. Fala-se em redes de interação, em crenças e solidariedade compartilhadas, em ação coletiva externa à esfera institucional, e até nos procedimentos habituais de um grupo (Blanco, 1994). Costuma-se, portanto, denominar “movimento social” desde os usos e costumes de um dado grupo até uma rebelião coletiva. Marisa Revilla Blanco (1994), por exemplo, refere-se insistentemente à identificação de um movimento social como um processo, e não como algo dado.

Os critérios de análise apontados pela escola estadunidense para o estudo de um dado movimento são: a estrutura de oportunidades políticas, as formas de organização e os processos contextualizadores (Mc Adam; Mc Carthy; Zald, 1999).

Formação do campo de estudos sobre “movimentos sociais” na academia latino-americana

Quero aqui fazer uma consideração sobre a mediação desse marco teórico, especialmente o estadunidense, na conformação dos estudos sobre os “movimentos

sociais” na América. Para isso, vou me deter especialmente no papel da Fundação Ford e irei me basear nos estudos compilados por Sergio Miceli (1993).

Na década de 1950, desenvolveu-se em Cuba um movimento de programa, em princípio, modesto. A juventude universitária do Partido Ortodoxo Cubano tomou para si a organização de uma insurreição armada que garantiria... eleições sem fraude. Uma série de coincidências infelizes, dentre as quais o desembarque desastrado do grupo que levava a provisão de armamentos e que teve que enfrentar um ataque inesperado e o desencontro entre o Directorio estudantil e os sindicatos, fez com que o pequeno grupo sobrevivente do desembarque se resguardasse provisoriamente na Sierra Maestra. Ali, relativamente isolado, precisou depender dos pequenos camponeses (semi-assalariados) da região, tanto para sua segurança como para sua alimentação. As negociações com os camponeses *guajiros* levaram o grupo a incluir em seu programa a reforma agrária. Esses *guajiros* eram um setor social com quem, inicialmente, os insurgentes não tinham sequer cogitado contar para a aliança insurrecional que se rearticulou durante a estadia do grupo na Sierra. Em janeiro de 1959, quando chegaram à La Habana e se encontraram com a ausência do governo, as duas colunas haviam percorrido o território e haviam sido engrossadas por um imenso número de combatentes. Quando, em fevereiro, promulgaram a primeira lei de reforma agrária, os empresários industriais e comerciantes locais, com interesses imbricados com os da burguesia agrária, resolveram fazer *lock-out* e partir para umas prolongadas férias em Miami. Os trabalhadores que dependiam de seus empregos encontraram os portões fechados. Nada que uma boa marreta não pudesse resolver. A dinâmica mesma dos acontecimentos levou a um movimento que inicialmente tinha uma demanda republicana a estatizar as empresas estrangeiras e fazer acordos militares com o inimigo de Estados Unidos, a 200 km do seu território, em plena Guerra Fria.

A história é conhecida, mas a reconto dessa maneira para imaginar como o governo dos Estados Unidos viu se precipitar aquele desastre inesperado, justo quando tinha conseguido consolidar sua relação imperialista com América Latina. Um repertório de políticas preventivas foi lançado em direção ao continente, com a bandeira do desenvolvimento e também da segurança. Surgiram desde a Agência Internacional para o Desenvolvimento, os Corpos de Paz, a Aliança para o Progresso até, é claro, a promoção de golpes de Estado.

Em fins da década de 1950, a Fundação Ford dava-se como missão a formação de técnicos e engenheiros na América Latina em apoio aos projetos da Aliança para o Progresso. Já na década seguinte, o fomento às ciências sociais transformou-se em prioridade para a fundação. Para isso, não deixou de aproveitar a “capacidade instalada”, sobretudo em países como Brasil, Argentina e México. Realizava acordos e fornecia recursos diretamente a instituições de investigação e formação e investigadores com bolsas e estágios em universidades dos Estados Unidos. É sabido que esse tipo de fomento supõe investimentos a fundo perdido. O critério era a excelência acadêmica, medida com os parâmetros de funcionamento,

rotinas de trabalho, continuidade, rigor na utilização sistemática dos marcos teóricos provados na academia estadunidense. A avaliação, é claro, era realizada a partir de relatórios de investigação que receberiam parecer dos quadros da fundação, formados nas instituições do país de origem. A intenção ia para além dos destinatários dessa ação filantrópica. Pretendia-se criar um padrão de excelência difundido em toda a academia, já que instituições e seus quadros queriam ser aptos para receber os recursos. As finalidades da fundação coincidiam com uma das duas mãos, a de lã, da política externa dos Estados Unidos: num primeiro momento, mapear a sociedade latino-americana, para depois criar uma elite intelectual “em condições de realizar o trabalho de mediação entre o saber técnico nas areias do processamento político-doutrinário das demandas sociais” (Miceli, 1995, p. 365). Isto é, formar mediadores de conflitos que soubessem transformar as demandas em políticas públicas. Dito isto, não se pode deixar de reconhecer o êxito alcançado em tais objetivos. Só para dar um exemplo: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quem iniciou em escala as políticas focalizadas e compensatórias recomendadas pelo Banco Mundial na segunda metade da década de 1990, havia sido bolsista da Fundação Ford e coordenou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituição consideravelmente favorecida pela atividade filantrópica da fundação.

Em todo caso, se num primeiro momento impulsavam-se os estudos micro, para compor depois o mapa das sociedades latino-americanas e reconhecer dinâmicas comuns, aos poucos se admitia que os quadros formados a partir do marco teórico elaborado fora do subcontinente se incorporariam aos estudos macro. E ainda se espera que esse marco, insuficiente para dar conta da realidade latino-americana, seja melhorado, corrigido e otimizado.

Os movimentos latino-americanos nem sempre se “encaixam” no marco teórico das academias do norte

No entanto, as características dos sujeitos das lutas sociais das periferias distinguem-se enormemente daqueles que participaram dos “novos movimentos sociais” nos Estados Unidos e na Europa ocidental.

Grande parte das lutas sociais nas periferias acontece no campo, protagonizada por agrupamentos sociais pouco integrados às instituições estatais. Trata-se de movimentos camponeses, mas também nações que conservam elementos das organizações societárias anteriores à invasão europeia ou que se desenvolveram à margem desta. A importação do padrão civilizatório europeu combinou-se com a pilhagem e a integração bárbara das populações trabalhadoras, com extração de valor por modos de produção não capitalistas. Isto permitiu a supervivência de práticas de sociabilidade que facilitaram a reprodução social sem depender ou dependendo parcialmente do mercado capitalista. Grande parte das lutas desses grupos não tem como pauta demandas de renda ou de direitos ao

Estado. Algumas dessas lutas, ao contrário, têm como objetivo o reconhecimento da não integração.

Os estudos a propósito da história da cultura que abordavam as sociedades pré-capitalistas, como os de Edward Palmer Thompson (1995) e os de Eric Hobsbawm (1974), permitiram, em alguns casos, iluminar as motivações complexas (laços familiares, comunitários, religiosos, territoriais) envolvidas nesses movimentos.

Não aconteceu o mesmo com os movimentos urbanos. No entanto, ainda nesses casos, a composição social dos movimentos e a possibilidade de absorção de suas demandas pelos interlocutores estatais, são muito diferentes na América Latina. A diferença das sociedades relativamente homogêneas da Europa ocidental e inclusive (ainda que menos que as da Europa) dos Estados Unidos, a partir das quais se desenvolveu o marco teórico sobre “movimentos sociais”, as sociedades da América Latina são muito heterogêneas, complexas, *abigarradas*. Atravessadas pela história colonial e hoje mais ou menos integradas como capitalismo dependentes, seu mercado de trabalho é extremamente estratificado, e com uma estratificação racializada, na qual a distribuição dos postos de trabalho por gênero se dá de maneira diferente à dos países do norte global. Os estudos de José Nun (1969), Florestan Fernandes (1975) e Lélia Gonzalez (2020) das décadas de 1960, 1970 e 1980 já apontavam para a predominância de uma massa marginal na composição das classes trabalhadoras latino-americanas. Ao mesmo tempo que, e do ponto de vista das aspirações dessa população e a partir do fim das ditaduras militares², como contrarrevoluções preventivas, criaram as condições para as mudanças no padrão de dominação da região (com uma reprimarização da maioria das economias que haviam alcançado algum desenvolvimento da indústria de transformação, com a exceção do Brasil, onde foi impulsionada uma rápida industrialização), despontavam expectativas de reassalariamento ou assalariamento.

1. O Brasil da “transição lenta, gradual e segura”³

No caso específico do Brasil, onde o trabalho registrado havia crescido nas duas décadas anteriores e encontrava seu limite de capitalismo dependente, combinaram-se as lutas sindicais dessa jovem classe operária com articulação de movimentos com demandas por direitos sociais. Vale destacar, entre os precoces estudos, a maioria de caráter etnográfico, dessas lutas, a obra de Eder Sader (1988). Já na última década da ditadura surgiam movimentos por saúde, transporte, educação, saneamento básico, creches, não raramente articulados com os fundos de

² Aqui falo propositalmente do fim das ditaduras militares e não das ditaduras empresariais militares, porque foi o regime político o que mudou, mas não a dominação empresarial.

³ Como Golbery do Couto e Silva, chefe de gabinete da ditadura de 1974 a 1981, e ideólogo do governo militar brasileiro, a chamava.

greve das grandes ações sindicais e as Comunidades Eclesiais de Base das paróquias católicas. A multiplicação e ascenso desses movimentos foi desembocando na constituição do Partido dos Trabalhadores, em 1980; na Central Única dos Trabalhadores, em 1983; e, na área rural, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984. Isto é, rapidamente acharam uma expressão de sua estratégia política democrática e todo um aparato organizativo. Essas demandas de caráter democrático-radical e de expansão dos direitos sociais encaminharam-se para o Congresso Constituinte, que culminou na elaboração da Constituição de 1988. Apesar de haver participado ativamente na sua discussão e redação, não foi referendada pelo Partido dos Trabalhadores, uma vez que, para a base social que se havia mobilizado e as possibilidades de luta política que elas vislumbravam, o resultado estava muito abaixo das expectativas.

No entanto, os movimentos sociais não podiam prever que a Constituição de 1988 seria o ápice de suas conquistas democráticas reconhecidas e plasmadas em lei. O máximo que o capitalismo dependente se permitia e que não sairia facilmente, na maioria dos casos, do papel. A reestruturação produtiva já iniciada na década de 1980 e a especialização produtiva, que reprimarizou em grande medida a economia brasileira durante a década de 1990, romperam os laços orgânicos das organizações surgidas dessas lutas com sua base, e foi lançada rapidamente para outros estratos do mercado de trabalho. As condições de vida dessa massa aproximaram-se à de outros países da região. Os discursos das organizações, porém, continuavam teimosamente com a promessa de reassalariamento e a ampliação dos direitos sociais, pela via da luta política institucional, quando tudo já tinha mudado e os horizontes de possibilidades de absorção dessas demandas pelo sistema haviam se fechado.

2. A década de 1990 e a Ciudad de pobres corazones⁴

Na América Latina da década de 1990, distingo dois momentos da aplicação da receita neoliberal. O primeiro quinquênio foi de destruição dos marcos de direitos trabalhistas historicamente conquistados a partir da década de 1930, interrompidos de fato durante as ditaduras. O segundo quinquênio, e com as correções “anticíclicas” introduzidas pelo Banco Mundial, começou-se a aplicar políticas sociais focalizadas de caráter compensatório, que visavam prevenir explosões sociais como reação à espoliação à qual a especialização produtiva havia destinado a região. Na política agrária, defendia-se uma reconfiguração que permitisse ao mesmo tempo atender a demanda de alimentos para o mercado interno e o fluxo de *commodities*. É o que se chamou de “nova ruralidade” ou “Nuevo Mundo Rural” (Perico; Ribero, 2002).

⁴ Música do cantor e compositor argentino Fito Páez, que registra a decepção perante as promessas não cumpridas da democratização.

A aplicação da receita inicial e, depois, da sua correção não foi simultânea nos países da região. Sou consciente de estar trabalhando com traços grossos. Chile, por exemplo, foi um laboratório que antecipou a primeira em, pelo menos, uma década e meia. Os motivos não cabem neste trabalho. Vale dizer que talvez tenha sido um caso um tanto fora da curva, com dispositivos de uma economia do terror, num contexto que não apenas era o de uma contrarrevolução preventiva, senão também com características de uma contrarrevolução às secas. Nos países da América Central e Colômbia, com características neocoloniais pronunciadas, combinaram-se as políticas de pilhagem com a aplicação da mão ilegal do Estado, com fortalecimento de milícias, grupos paramilitares e para-policiais, e articulação com os cartéis da droga. No México, onde não houve regime militar, as políticas focalizadas foram aplicadas mais precocemente, junto com a ampliação da violenta “mano oculata” do Estado. Na Bolívia houve uma combinação de “narcoestado” com a clausura do anterior ciclo de mineração, o que mudou enormemente a composição social da classe trabalhadora. No Paraguai houve um processo de expulsão camponesa, com avanço da fronteira da soja a partir do Brasil.

A aplicação das receitas neoliberais melhorava as condições para o acesso ao crédito e aos investimentos. A pressão externa oferecia condições para que as burguesias internas se acomodassem à especialização produtiva, lucrando com ela, deslocando capitais da indústria de transformação para a esfera da extração de *commodities* e a das aplicações financeiras.

Esta relativamente longa descrição sobre as mudanças nos padrões de dominação tem a finalidade de reconhecer, por um lado, a nova configuração as classes trabalhadoras da região e, por outro, os limites para a absorção das demandas por parte dos Estados. Nesse contexto surge uma onda de lutas, tanto nas cidades como no campo. No campo, resistindo à nova investida da pilhagem, comparável às outras duas ondas que aconteceram na primeira invasão europeia e nas últimas décadas do século XIX (Adoue, 2020). Nas cidades, resistindo a ser jogados no limbo da população excedente.

A insurreição zapatista em Chiapas, o levante mapuche no Ngulumapu, as marchas indígenas no Equador são, com descompassos e particularidades, exemplos dos primeiros. Os *fogoneros*⁵ primeiro e os *piqueteros*⁶ depois na Argentina, o Caracazo e uma infinidade de levantes urbanos em todo o continente, as primeiras rebeliões dos “*pingüinos*”⁷ no Chile, são exemplos dos segundos. A Guerra da Água e a Guerra

⁵ Movimento de cortes de estrada pelos trabalhadores petroleiros despedidos reclamando retorno ao emprego.

⁶ Movimento de cortes de ruas e estradas pelos desempregados demandando políticas de renda mínima e cestas básicas.

⁷ Estudantes do ensino fundamental e médio, com seus uniformes escolares, que os assemelhavam a pinguins.

do Gás⁸ na Bolívia combinam elementos dos levantes rurais e urbanos. Todos esses movimentos despertaram o interesse de pesquisadores sociais do mundo todo. E, como era de se esperar, foi projetado o *zoom* etnográfico sobre suas lutas. Os estudos focalizavam particularidades e o caráter inédito dos emergentes. Os investigadores locais tinham melhores condições para encontrar, nos dados empíricos, continuidades com as tradições de outros ciclos históricos, que permitiam reconhecer o repertório de práticas ensaiadas e testadas pelos movimentos. Para dar apenas um exemplo: o passado mineiro dos cocaleiros bolivianos explica o uso de dinamite em suas ações.

3. Chegaram os governos progressistas

Em começos da década de 1990, o acadêmico Adolfo Gilly, então assessor do candidato à presidência de México Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, pelo Partido de la Revolución Democrática⁹, dizia que os candidatos de esquerda recolheriam a insatisfação do eleitorado com as consequências das reformas neoliberais, mas que não contariam com recursos para responder às demandas sociais, não sendo com políticas compensatórias, isto é, com políticas anticíclicas que reduzissem os efeitos mais brutais, mas sem frear a aceleração da acumulação.

De fato, com graduações e particularidades, é o que fizeram os governos progressistas na primeira década longa do milênio (Feliz; Pinassi, 2017). Ainda aqueles que chegaram a alterar suas constituições não romperam com o que vem sendo chamado de “consenso das *commodities*”. Com vínculos históricos com os movimentos sociais e quadros mediadores de conflitos e “tradutores de demandas em políticas públicas”, os governos progressistas foram muito mais eficazes em combinar políticas anticíclicas com aceleração sistêmica de maneira otimizada (Santos; Feldman, 2022).

Esse é o contexto em que se desenvolvem os estudos de Francisco Longa (2019) e os de Fernando Stratta e Sergio Nicanoff (2019). Ambos têm como objeto movimentos territoriais urbanos da Argentina durante os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner. Pode-se acrescentar, para completar o quadro argentino, os estudos sobre a “*marea verde*” feminista, que começou seu ascenso nesse mesmo período e que resulta também, de maneira indireta, das transformações no mundo do trabalho operadas pelas reformas neoliberais (Lozano; Torno, 2021). Todas essas reflexões giram em torno de um núcleo dramático problematizado de diferentes maneiras: a menor ou maior autonomia dos movimentos sociais com relação aos governos progressistas. Ou seria com relação ao Estado? As problematizações, que, em sua maioria, recorrem a estudos de caso, estudos diacrônicos que dão conta da dinâmica dos movimentos, apresentam-nos a

⁸ Movimentos contra a privatização e encarecimento do serviço de água e gás.

⁹ Informação oral.

vigência, utilidade e pertinência ou não de certas categorias como autonomia, clientelismo, cooptação, incorporação, sobredeterminação e autodeterminação, entre outras, para se referir às dinâmicas da relação entre esses movimentos e os governos/Estados. Não me escapa que essas abordagens teóricas são munição para a luta política, pois todas essas categorias vêm carregadas de sentidos e têm um peso emocional na retórica das lutas.

Valeria a pena analisar as políticas dos governos progressistas para o campo, para além das retóricas agraristas e indigenistas. Podemos verificar que não são políticas que tendem a modificar a estrutura agrária. Têm uma dimensão de políticas sociais de alívio à pobreza, por um lado, e à integração de territórios às cadeias dominadas pelo capital na esfera da comercialização, por outro. Sem desatender as recomendações presentes na proposta da “nova ruralidade”. Isto é, haveria lugar para todos: para uma agricultura familiar integrada aos mercados de diferentes escalas, mas o que deve predominar é a produção de *commodities*. Deles depende, inclusive, o fluxo de recursos para sustentar as políticas sociais. E assim fecha-se o círculo segundo o qual, no discurso, pelo menos, “ganhamos todos”.

Outra questão, que valeria a pena pensar de maneira mais panorâmica, é em que medida as demandas de ampliação da democracia política foram atendidas durante os governos progressistas. A proposta de poder comunal formulada pelo presidente Hugo Chávez no leito de morte, “*¿Comuna o nada?*”, quase uma década depois continua com *status* de promessa. A constituição Plurinacional da Bolívia e a do Equador não terminam de sair do papel, e são postas em tensão a cada conflito contra o extrativismo. A “democracia participativa” formulada pelo Partido dos Trabalhadores demonstrou-se um fiasco. Gerou conselhos que não possuem poder deliberativo, ou sua composição é prioritariamente do capital privado. O chamado “orçamento participativo”, que se propunha ensaiar um debate sobre o destino dos recursos públicos, colocou em disputa uma porcentagem mínima do orçamento e se transformou em causa do surgimento de pseudo-movimentos sociais, constituídos *ad hoc* em torno de projetos para capturar esses magros recursos, na triste prática de dispêndio de energia na disputa de pobres contra pobres.

4. El amor Después del amor¹⁰

Creio, porém, que existe pouca problematização a propósito de em que medida as dinâmicas que levaram os movimentos a mediar conflitos e transformar demandas em políticas públicas correspondem a razões contingentes ou são mais estruturais. Inclino-me pela segunda hipótese. As políticas anticíclicas em um contexto de aceleração sistêmica são políticas de Estado e não apenas de governo. Para dar um exemplo bastante extremo: o governo de Jair Messias Bolsonaro,

¹⁰ Título de música do cantor e compositor argentino Fito Páez.

durante a pandemia, com idas e vindas, chegou a quadruplicar o valor do que havia sido o da *Bolsa Família* durante os governos do Partido dos Trabalhadores; e chegou em certo momento a quadruplicar também o número de beneficiados. Se é verdade que essas políticas levaram o nome de *Auxílio Emergencial*, foram percebidas como continuidade da *Bolsa Família*, já instalada como política permanente.

Teoria, academia, movimentos

A academia deu espaço a quadros que provêm dos movimentos. Eles não encontram muita acolhida em grupos de pesquisa marxista que não se debruçaram sobre as “sociedades *abigarradas*” e suas complexidades. Acharam um nicho nos grupos de pesquisa ligados às teorias decoloniais, muito mais ativos na América Latina que os pós-coloniais, mais presentes nas universidades saxãs. Os estudos decoloniais surgiram com a pretensão de questionar as epistemologias sobre as quais foram construídas as universidades na Europa. As ciências sociais, afinal, surgem junto com o desenvolvimento do capital.

Autores como Aníbal Quijano (2000, p. 246), Enrique Dussel (1995) e Rita Segato (2010), por exemplo, na América Latina, têm desenvolvido questionamentos que contestam a pretensão de universalidade que a academia atribui à elaboração de conhecimentos a partir da civilização europeia capitalista, colonial, patriarcal. Os acadêmicos europeus que se apresentam como decoloniais, em certa medida, dão continuidade aos estudos europeus sobre os movimentos sociais mencionados no primeiro subtítulo deste artigo. Autores como Walter Mignolo (1995) e Boaventura de Sousa Santos (2018) tornaram-se referentes europeus dos estudos decoloniais sobre América Latina.

O ingresso de membros de movimentos à produção acadêmica não muda, por si mesmo, as relações de poder das instituições e, conseqüentemente, uma mudança das abordagens teóricas. Há nesse ingresso uma série de negociações simbólicas e práticas que merecem um tratamento mais demorado. Para a academia, esses novos quadros são informantes privilegiados e força-tarefa para o trabalho de campo. Ao mesmo tempo, fortalecem o prestígio da instituição frente à sociedade e dos grupos de pesquisa de acolhida perante grupos concorrentes na própria academia. Em contrapartida, esses quadros têm acesso à formação superior, aos conhecimentos e procedimentos de investigação do acervo acadêmico, além de bolsas e, eventualmente, qualificação para melhor se posicionar dentro do mercado de trabalho, especialmente no campo da educação e pesquisa.

Sem dúvida, a presença de quadros dos movimentos dentro da academia alimenta o conhecimento que ela tem sobre as dinâmicas das lutas e disponibiliza conhecimentos para os movimentos. Mas não modifica as relações de poder e as finalidades que a instituição preserva, e que estão determinadas pela distribuição de recursos dos Estados e das fundações internacionais.

Há poucas experiências de elaboração teórica por fora das universidades. Mesmo nas “cátedras livres” e “universidades populares”, mais vinculadas aos movimentos, há o que vem se chamando de “intelectuais anfíbios”, com empregos dentro da carreira acadêmica e vínculos com grupos de pesquisa formais dentro da academia. Os próprios movimentos têm priorizado os vínculos com as universidades, como parte das demandas de políticas públicas, do que a elaboração teórica autônoma.

São raros os estudos sobre os movimentos que não partem das universidades. Raul Zibechi é um caso raro de intelectual externo à academia, que vem refletindo sobre os movimentos a partir de uma aproximação militante e do jornalismo militante. Nesse sentido, há no seu trabalho uma linha de continuidade com a tradição das organizações políticas proletárias que cuidavam com maior autonomia da formação de seus quadros e realizavam pesquisa militante. O autor faz um seguimento da linha do tempo dos movimentos da América Latina com foco nas autonomias em todo o período observado neste artigo, a partir de uma formação teórica, mas sem os vícios dos velhos partidos que recusavam os dados empíricos das dinâmicas das “sociedades *abigarradas*” e sem as amarras que as relações acadêmicas possuem.

Resultados recentes desse acompanhamento e reflexão de Zibechi são os livros *Movimentos sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento* (2020) e *Territórios em rebeldia* (2022), traduzidos para o português. Destaco na sua elaboração teórica a perspectiva de estudar não os movimentos sociais como categoria estanque, mas ampliar o estudo para o que ele chama de “sociedades ‘outras’ em movimento”. Nelas, percebe práticas que tendem à autonomia, mesmo dentro de uma sociedade envolvente capitalista, nesta fase extrativista, com predomínio da acumulação por pilhagem. Não olha para essas práticas como residuais, como puras resistências ou como ações prefigurativas de um projeto societário previamente formulado por direções políticas. Mas como uma criação humana permanente feita com o substrato das culturas da abundância (esmagadas ou encurraladas pelas diferentes fases da colonização), do cotidiano reprodutivo (que o capital torna quase que impossível) e das tradições das lutas passadas. Enxerga elementos dessas “sociedades ‘outras’ em movimento” nas lutas indígenas, quilombolas, comunitárias do campo e da cidade e nos combates antipatriarcais. A vida insiste.

Para seguir refletindo

A linha do tempo que desenvolvi pretende estabelecer um enredo causal entre as transformações da dinâmica do capital e a composição social da população da América Latina, e a emergência de lutas sociais no período que começa com o fim das ditaduras.

A receita neoliberal amplamente aplicada em nossa região precisou ser modificada para evitar efeitos colaterais. Essas correções buscaram garantir algum grau de estabilidade que, em muitos casos, não serviu às intenções dos que as recomendaram. E, em grande medida, porque o “paciente” recusou-se a fazer uso delas.

As características e dinâmicas do atual modelo de acumulação, predominantemente predatório, faz dos territórios o *locus* último da resistência. Último, porque é nos territórios onde se exercem as formas mais intensivas de pilhagem, mas também porque é neles em que a vida acontece. A energia vital que resiste a ser pilhada encontra aí as possibilidades de enfrentar e se impor.

Cabe se perguntar, hoje, quando se anuncia um novo ciclo de governos (ditos) progressistas no continente, em que medida, neste nível de aceleração sistêmica, há lugar para políticas anticíclicas. O interregno de governos de direita desenvolveu as ações ocultas, ilegais do Estado (milícias, estruturas parapolíciais, paramilitares, associações com os cartéis) e permitiu a aceleração da pilhagem ainda sem marco legal para isso. A pilhagem não é apenas motivada pela assim chamada “acumulação primitiva”, como diria Karl Marx; nem apenas pela espoliação permanente, como apontava Rosa Luxemburgo. Não se trata também de uma acumulação por despossessão da qual o capital lança mão para manter a taxa média de lucro durante a crise, dobradiça de um novo modelo de acumulação, que depois se mantém num patamar mais ou menos estável. O novo modelo de acumulação exige uma aceleração permanente da intensidade da pilhagem, para compensar a acelerada queda tendencial irreversível da taxa de lucro, em escala planetária. Se numa ponta das cadeias (ou redes) estão os fundos de investimento, na outra ponta estão os territórios nos quais a espoliação é mais intensa. O sistema global não tem, por si mesmo, como frear sua dinâmica. Só pode fugir para frente. A lógica das demandas, quando transformadas em políticas sociais, depende dos recursos monetários disponíveis pelos Estados, recursos que, por sua vez, dependem do extrativismo predador. A pergunta é como os movimentos sociais urbanos, integrados a essas políticas farão (ou não) essa *Travesia de Cassandra*¹¹.

São as perguntas para a elaboração teórica. E são perguntas para a supervivência das nossas gentes.

Referências

ADOUE, Silvia. Las cadenas de extracción y los pueblos preexistentes. In: ADOUE, Silvia; PINASSI, Maria Orlanda; FÉLIZ, Mariano (org.). *Nuestra América en la encrucijada: pandemia, rebeliones y estado de excepción*. México:

¹¹ Filme ítalo-teuto-britânico de 1976, dirigido por George Cosmatos.

- Incendiar el Océano. Buenos Aires: Contrahegemonía e Herramienta, 2020, p.101-111.
- BLANCO, Marisa Revilla. El concepto de Movimiento social: acción, identidad y sentido. *Zona Abierta*, n. 69, p. 181-213, 1994. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/195/19500501.pdf> Acesso em: 13 out. 2022.
- BRIGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Movimientos sociales, gobiernos progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, p. 27-45, 2016.
- CORTÉS, Martín. Movimientos sociales y Estado en el “kirchnerismo”. Tradición, autonomía y conflicto. In: MASSETTI, Ástor; VILLANUEVA, Ernesto; GÓMEZ, Marcelo (comps.). *Movilizaciones, protestas e identidades colectivas en la Argentina del bicentenario*. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2010, p. 97-118.
- DUSSEL, Enrique. *The Invention of the Americas*. Eclipse of the Other and the Myth of Modernity, Continuum. Nova York, 1995.
- FÉLIZ, Mariano; PINASSI, Maria Orlanda (org.). *La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Herramienta, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GASSET, José Ortega y. *La rebelión de las masas*. México: Universidad de Guadalajara, 2016.
- GÓMEZ, Marcelo (2010). Acerca del protagonismo político y la participación estatal de los movimientos sociales populares: falacias, alucinaciones y cegueras del paradigma normal de análisis. In: MASSETTI, Ástor, VILLANUEVA, Ernesto e GÓMEZ, Marcelo (comps.). *Movilizaciones, protestas e identidades colectivas en la Argentina del bicentenario*. Buenos Aires: Nueva Trilce.
- GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: *Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 20-38.
- HOBBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*. Barcelona: Ariel, 1974.
- LE BON, Gustave. *Psicología de las masas*. Libro Libre, 2018.
- LONGA, Francisco. *Historia del Movimiento Evita*. La organización social que entró al Estado sin abandonar la calle. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.

- LOZANO, Juliana Díaz; TORNÓ, Christian (org.). *Debates picantes de los feminismos populares: Estado y autonomía*. Buenos Aires: Madreselva; Fundación Rosa Luxemburgo Cono Sur; La Plata: Cátedra Libre Virginia Bolten, 2021.
- Mc ADAM, Doud; Mc CARTHY, John, e ZALD, Mayer. Oportunidades, estructuras de movilización y procesos enmarcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. In: *Movimientos Sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999, p. 21-46.
- MICELI, Sergio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1993.
- MIGNOLO, Walter. *The Darker Side of the Renaissance. Literacy, Territoriality and Colonization*. Michigan: Michigan University Press, Ann Arbor, 1995.
- NUN, José. *Superpoblación relativo, ejército industrial de reserva y masa marginal*. Buenos Aires: CELADE, 1969.
- PERICO, Rafael Echeverri; y RIBERO, María Pilar. *Nueva ruralidad. Visión del territorio en América Latina y el Caribe*. San José de Costa Rica: IICA, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- _____. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, Heraclio (comp.). *Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: Tercer Mundo/Libri Mundi/FLACSO-Ecuador, 1992.
- QUIRÓS, Julieta. Piqueteros y peronistas en la lucha del Gran Buenos Aires. Por una visión no instrumental de la política popular. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 27, p. 113-131, 2008.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia essencial. Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas*. CABA: CLACSO, 2018.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; y FELDMAN, Daniel. *O médico e o monstro. Uma leitura do progressismo latino-americano e seus opostos*. São Paulo: Elefante, 2022.
- SEGATO, Rita. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: QUIJANO, Aníbal; NAVARRETE, Julio

Mejía (eds.). *La Cuestión Descolonial*. Lima: Universidad Ricardo Palma - Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2010.

STRATTA, Fernando, e NICANOFF, Sergio. Territorialidad y movimientos sociales. Dispositivos de control, resistencias y saberes de las luchas populares. *Contrahegemoniaweb*, 21 set. 2019. Disponível em: <https://contrahegemoniaweb.com.ar/2019/10/21/territorialidad-y-movimientos-sociales-dispositivos-de-control-resistencias-y-saberes-de-las-luchas-populares/> Acesso em 12 set. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.

TOURAINÉ, Alain. La voz y la mirada. *Revista Mexicana de Sociología*, México-DF, v. 41, n. 4, p. 1299-1315, 1979.

ZIBECHI, Raul. *Territórios em rebeldia*. São Paulo: Elefante, 2022.

_____. *Movimentos sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.